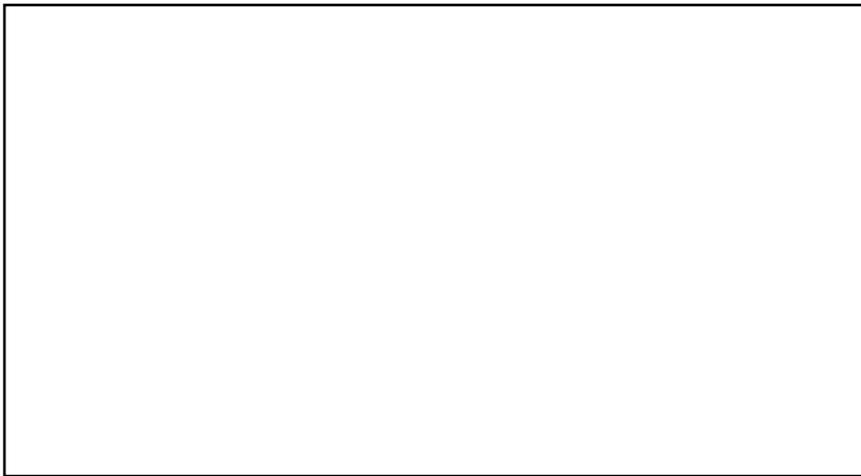


Associação recebe mais um repasse extra da Mpfre

BARBARA PEIXOTO



Mais um repasse de pró-labore foi feito pela Mapfre, no valor de valor de R\$ 123.135,97. O primeiro se deu em maio, no valor de 114.939,68. Apesar de repasse dessa natureza se destinem a apólices com mais de 500 vidas, a exceção se deve à fidelidade da AMMP com a seguradora. Esses recursos serão usados, prioritariamente para a compra de unidades habitacionais. Esses novos recursos, prioritariamente, serão utilizados na compra de unidades habitacionais em Belo Horizonte para atender os associados em trânsito na capital para tratamento de saúde. A Associação já tem quatro apartamentos em Belo Horizonte para essa finalidade.

▲ A liberação do primeiro pró-labore adicional se deu no mês de maio

PÁGINA 3

Novos convênios tem descontos especiais para carros e passagens aéreas

Os associados contam agora com so benefícios de mais dois convênios celebrados em julho: o primeiro com a Fiat, com descontos e condições especiais em todos os veículos, e com a TAM Linhas Aéreas, que oferece passagens para qualquer finalidade com desconto na compra direta para até quatro passagens, com o preço. Com a solução Smart Business, o beneficiário pode fazer a reserva e emissão, ficando a AMMP responsável pelo gerenciamento do cadastro de usuários para a utilização do programa, bem como pela criação e armazenamento dos logins e senhas. Para os trechos internacionais, estão autorizadas conexões operadas por outras companhias aéreas, consideradas off-line, cuja milhagem do trecho em conexão não ultrapasse 30% do total do bilhete. (Página 3)

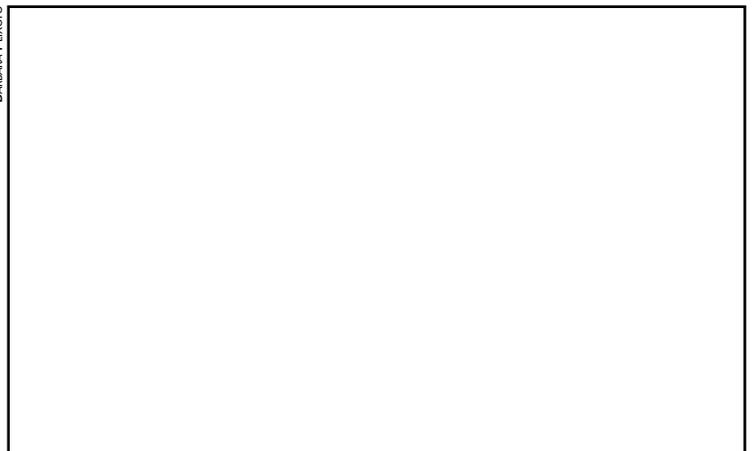
PÁGINA 3

FESMP inicia curso preparatório

Teve início, em 2 de agosto, o curso preparatório para a carreira ministerial na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP) em novas instalações. A reforma, que custou cerca de R\$ 140 mil, foi feita para dar mais conforto à turma de 64 alunos. Ar condi-

cionado central, acessibilidade para portadores de deficiência, troca de portas e reformas dos banheiros, instalação de insul film, persianas, sistema de áudio e vídeo e as cadeiras ergométricas são algumas das intervenções feitas. As aulas irão até junho de 2012.

BARBARA PEIXOTO



▲ A turma de 64 alunos tem agora sala de aula com ar condicionado central, tomadas no piso para lep top e moderno sistema de áudio e vídeo

PÁGINA 7

Corrupção é epidêmica no Brasil

Lei Maria da Penha apresenta avanços, mas nem tantos

O que a Justiça tem com a felicidade?

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados e felicidade”.

Se aprovada a PEC da Felicidade do senador Cristovam Buarque, esta será a redação do artigo 6 da Constituição Federal do Brasil. A inclusão desse artigo na Constituição não significa, segundo o senador, que o Governo será obrigado a criar projetos para garantir a felicidade dos cidadãos. “Seu objetivo é subjetivo, ao carimbar no imaginário da sociedade a importância da dignidade humana”. É o que ele chama de personalização dos direitos.

A busca pela felicidade como “objetivo humano fundamental” foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que aprovou resolução em meados de julho e convidou os 193 estados-membros a promover políticas públicas que incluam a importância da felicidade e do bem-estar em sua aposta pelo desenvolvimento. Adotada por aclamação, com o título “A Felicidade: para um Enfoque Holístico do Desenvolvimento”, fica reconhecido que a felicidade é “um objetivo e uma aspiração universal” que deve ser potencializada porque é também “a manifestação do espírito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM).

Segundo a ONU, é hora de a comunidade internacional reconhecer “a necessidade de que se aplique ao crescimento econômico um enfoque mais inclusivo, equitativo e equilibrado, que promova o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a felicidade e o bem-estar de todos os povos”. Essa meta, adotada pelo Butão, minúsculo país asiático com cerca de 700 mil habitantes (2005), de regime feudal, encravado no Himalaia, ao sul da China, entre a Índia e o Tibete, fez seu governo referência nas políticas pública de bem-estar social que levam em conta a felicidade dos cidadãos. A Organização das Nações Unidas (ONU), ao abraçar esse objetivo, criou o Índice de Valores Humanos (IVH). Os butaneses idealizaram um sistema no qual o desenvolvimento é aferido pelo índice Felicidade Interna Bruta (FIB) há 20 anos, ao invés do tradicional Produto Interno

Bruto (PIB), com o qual a promoção do desenvolvimento e prosperidade são avaliados somente como acumulação de bens materiais, considerada pelos butaneses causa primeira de todos os males que tanto infelicitam o homem e fazem mal a terra e que poderá, em futuro não muito distante, levar a humanidade a novas guerras por causa de recursos naturais.

Medir a felicidade, segundo o FIB, mostra com clareza que a felicidade não é somente uma coisa subjetiva. Ao medir a satisfação pessoal do cidadão, seu bem-estar social, levando em conta a educação, saúde e cultura, e promovendo a dignidade da pessoa humana, esse índice se consolida como a realidade mais concreta de indicadores que medem o desenvolvimento a partir da felicidade e da garantia de direitos sociais, como exemplifica o Butão. E certamente o FIB torna menos subjetivo o acompanhamento da prestação desses serviços, transformando-se em senha para mudanças, se a média dos cidadãos não estiver satisfeita.

O tema rende acalourados debates, sendo assunto de reflexões psicológicas, filosóficas, teológicas desde sempre. São muitos os tratados filosóficos e espirituais. Daqui uns tempos, virão os de natureza econômica.

O norte-americano Martin Seligman, considerado o mestre da Psicologia Positiva, depois de estudar a busca da felicidade por mais de 20 anos, garante que é tolice elegê-la como única ambição na vida. Ex-presidente da Associação Americana de Psicologia e professor da Universida-

de da Pensilvânia, ele reviu suas teorias e concluiu que é preciso relativizar a importância das emoções positivas. Para ele, a felicidade pode tornar a vida um pouco mais agradável somente, devendo o ser humano buscar é o bem-estar, objetivo mais simples e fácil de ser contemplado. Em Flourish (Florescer), apresenta cinco fatores fundamentais para viver bem. A felicidade (emoções positivas), segundo ele, é apenas um deles. Os outros são: propósito, realização, engajamento e relações pessoais. Ele, há dez anos, pensava como Aristóteles, que a felicidade seria o único objetivo final na vida.

Em 1776, Thomas Jefferson alçou a felicidade a um direito na Declaração de Independência Americana, mas ele não defendia ser feliz acima de qualquer coisa. Para ele, a felicidade significava conter desejos para obter objetivos de longo prazo, conta Alexis de Tocqueville em “A democracia na América”. E haja filosofia!

Já existe consenso entre os pesquisadores que grande parte da felicidade (assim como a personalidade), é determinada pela genética, que “explica quase metade da variação da felicidade”, garante a pesquisadora Ragnhild Bang Nes, do Instituto de Saúde Pública da Noruega, uma das maiores conhecedoras do assunto no mundo.

Estando então a felicidade inscrita nos genes, é possível alterar esse estado? Especialistas garantem que sim, que é possível aumentar a duração e a intensidade das emoções positivas, mas alertam para o risco de personalidade ser a pedra no caminho do poeta Carlos Drummond de Andrade.

A teoria do bem-estar (ou florescimento), que, certamente serviu de lastro para a resolução da ONU e da PEC brasileira, no entanto, mostra que quem não é otimista e/ou bem-humorado pode compensar, acrescentando propósito e engajamento à vida. Ninguém precisa se conformar com a infelicidade, porque sempre é possível avançar para uma situação melhor. E haja justiça!



Rua Timbiras, 2928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente
Rômulo de
Carvalho Ferraz

1º vice-presidente:
Regina Rodrigues
Costa Belgo

2º vice-presidente
Érika de Fátima
Matozinhos
Ribeiro Lisboa

3º vice-presidente
José Silvério
Perdigão de Oliveira

4º vice-presidente
Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo
Selma Maria
Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo
Shirley Fenzi Bertão

1º diretor financeiro
João Medeiros Silva Neto

2º diretor financeiro
Marcelo de
Oliveira Milagres

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórter
Felipe Jávere
(MTB 12046/MG)

Estagiária
Bárbara Peixoto

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.600 exemplares

MAPFRE repassa mais um pró-labore adicional à AMMP

A seguradora Mapfre repassou à Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) mais um repasse de pró-labore adicional, no valor de R\$ 123.135,97. O comunicado que a Associação receberia mais essa verba foi feito em 21 de julho. O primeiro repasse se deu em maio, no valor de 114.939,68.

Embora a regra para a distribuição de pró-labore seja destinada somente às apólices que contenham acima de 500 vidas, a exceção se deve à fidelidade da Associação com a seguradora, segundo o diretor da

Siena, Antonio Marcos de Oliveira.

Para o presidente Rômulo Ferraz, a inclusão da AMMP no rateio de pró-labore da seguradora é o reconhecimento do grande esforço realizado na veiculação e sedimentação dos seguros de vida entre os associados. Esses novos recursos, prioritariamente, serão utilizados na compra de unidades habitacionais em Belo Horizonte, com objetivo de atender os associados em trânsito na capital para tratamento de saúde. Já são quatro apartamentos na capital para esse fim.



BARBARA PEXOTO

▲ A liberação do primeiro pró-labore adicional se deu no mês de maio

Fiat tem preços e condições especiais para associados

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e a Automax celebraram convênio, por um ano, para comercialização de veículos Fiat em condições e preços especiais para associados e empregados. O desconto será conforme tabela divulgada em relação aos preços aplicados no site <http://www.fiat.com.br/monte-seu-carro/>. O preço do veículo poderá ter reajuste conforme tabela vigente da montadora na data do faturamento, mas sempre respeitando a tabela de desconto vigente no mês. Está prevista a compra de até dois veículos a cada 12 meses.

O convênio prevê desconto de 5% para o novo Uno Attractive 1.4 Flex 4P a 17% para o novo Idea Essence

Dualogic 1.6 16V Flex 4P 2010/2011, conforme tabela de julho, quando foi assinado o convênio. E mais: atendimento em todo território nacional, assim como a assistência técnica, além de taxas especiais de financiamento, variando conforme o produto e outras condições oferecidas pela Automax no mês da compra. Os produtos disponíveis à venda serão informados pela Automax, com descrição do veículo, preço e condições de pagamento.

A entrega do veículo será feita no endereço indicado pelo associado. Os valores de frete serão informados na efetivação da compra, de acordo com o endereço designado para a entrega. A compra será faturada diretamente, segundo o pra-

zo definido pela montadora, contado a partir da confirmação da compra e observada condição de pagamento. O preço do veículo poderá sofrer reajuste conforme tabela vigente da Fiat na data do faturamento e respeitando a tabela de desconto vigente no mês.

Escolha

Os associados podem acessar diretamente a home page da Fiat (<http://www.fiat.com.br/monte-seu-carro/>), para escolha do modelo, acessórios para compra e dados necessários ao faturamento do veículo. De posse do preço, deve contatar a Automax para fazer a compra com os benefícios dessa parceria.

Outras informações podem ser adquiridas pelos telefones (31) 3299-0000 / 3299-0403 / 3299-0429. A Automax está na Avenida Raja Gabáglia, 2.222, no Gutierrez, em Belo Horizonte.

TAM oferece descontos na compra direta

Convênio entre a TAM Linhas Aéreas e a AMMP também foi celebrado no final de junho, oferecendo aos associados, pensionistas ou cooperados os serviços da empresa para qualquer finalidade com desconto na compra direta de passagens aéreas. Poderão ser incluídas até quatro passagens por trecho, desde que o associado viaje junto. O preço será sempre o mais baixo disponível, seja para as tarifas privadas ou pela aplicação do percentual de desconto nas publicadas, sem que se acumulem.

Com a solução Smart Business, o beneficiário pode fazer a reserva e emissão, devendo preencher o endosso e as restrições (não endossável e intransferível), a forma de pagamento (cartão de crédito) e demais informações re-

lacionadas às condições regulares de emissão dos bilhetes. A AMMP é responsável pelo gerenciamento do cadastro de usuários para a utilização do programa, bem como pela criação e armazenamento dos logins e senhas.

São permitidos todos os trechos de voos regulares ou de parceiros code share (identificados com a sigla "JJ", mais o número do voo). Nos trechos internacionais, estão autorizadas conexões operadas por outras companhias aéreas, consideradas off-line, cuja milhagem do trecho em conexão não ultrapasse 30% do total do bilhete (origem-destino). Não serão contemplados bilhetes para crianças de zero a 12 anos (CHD e INF).

Taxas de embarque e/ou taxas de segu-

rança não estão incluídas na política comercial, por se tratarem de receita exclusiva da União, sendo faturadas na íntegra, no mês da emissão dos bilhetes.

Os bilhetes emitidos e não utilizados poderão ser reembolsados, aplicando-se as regras tarifárias, deduzidas as taxas administrativas aplicáveis, mediante solicitação por escrito. A devolução será acreditada na fatura do cartão de crédito.

As passagens não podem ser transferidas para terceiros, vendidas ou negociadas, assim como os bilhetes emitidos por agência ou de promoções não serão contemplados com desconto. Outras informações pelo telefone (31) 2105-4822 com Pedro Henrique.

Associação faz inscrição e reserva de hotel ao XIX Congresso Nacional do Ministério Público

A ministra Carmén Lúcia será uma das palestrantes no congresso



DIVULGAÇÃO

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) está facilitando a vida dos interessados em participar do XIX Congresso Nacio-

nal do Ministério Público, que será realizado em Belém, no Pará, de 23 a 26 de novembro. Reserva de hotel e inscrição podem ser feitas pela funcionária Maria do Socorro Mattos, telefone (31)2105-4820 ou e-mail pousadas@ammp.org.br.

Com o tema central “Amazônia, Direitos Humanos e Sustentabilidade”, o objetivo do encontro é debater assuntos focados nas questões econômica, social e ambiental envolvidas na atuação do Ministério Público. Também serão fomentadas a integração e a troca de experiências entre promotores e procuradores. O evento é organizado pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação do Ministério Público do Pará (Ampep). A palestra magna será feita pelo vice-presidente Michel Temmer, doutor em Direito.

Serão palestrantes também a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, mestre e doutora em Direito; o ex-procurador geral da República Inocêncio Mártires Coelho, professor da Universidade de Brasília e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público; a mestre e doutora em Direito Público Ana Paula Gonçalves Pereira de Barcellos; o doutor em Química Michael Braungart; a professora Sueli Gandolfi Dallari, da Universidade de São Paulo (USP), doutora e Livre-Docência em Saúde Pública e pós-doutora em Direito Médico pela Université de Paris XII (França) e em Saúde Pública pela Columbia University (EUA) e o professor da Universidade de São Paulo Dalmo de Abreu Dallari.

A programação e outras informações podem ser conferidas em www.congressomp2011.com.br.

Câmara de Procuradores delibera sobre movimentação de carreira e Ceaf

Prevaleceu a antiguidade na entrância e não na comarca nos casos de remoção, por 8 votos a sete, proferindo efeitos ex nunc. A decisão da Câmara de Procuradores de Justiça, em XXX, é resultado de julgamento de caso concreto de recurso contra decisão do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) no dia 20 de junho, tendo por objeto critério para remoção por antiguidade dentro de uma mesma comarca.

Nessa mesma sessão, o colegiado apreciou resolução que propõe nova regulamentação para o Centro de Estudos e Aperfei-

çoamento Funcional (Ceaf). A proposta original da Procuradoria-Geral de Justiça, que trazia preocupação aos membros dos colegiados, sofreu algumas modificações que alteram profundamente os objetivos do projeto primitivo, como a supressão da possibilidade de o Centro firmar contratos e sua eventual abertura para o público externo. O caso já havia sido apreciado pelo CSMP. Ainda na sessão, foi aprovada resolução que regulamenta o pagamento de gratificação pelo exercício de magistério em cursos oficiais do Ceaf, nos termos do art. 119 da LC 34/94.

Para o presidente Rômulo Ferraz, é importante que o CSMP firme critério mais perene para segurança e tranquilidade dos promotores de Justiça sobre movimentação na carreira, haja vista a sistemática alternância desses critérios. Sobre a regulamentação da gratificação pelo exercício de magistério no Ceaf, considera válida a medida. “Devemos, no entanto, estar atentos e vigilantes para que a prática não se torne objeto de apaniguamento para alguns poucos em detrimento da grande maioria dos colegas que estão na ponta dos órgãos de execução”, destacou.



Proação Fashion Day tem 4ª edição no Palácio das Artes no dia 31

O Proação (Núcleo de Composição de Parcerias em Projetos e Ações) promove a IV Proação Fashion Day, no dia 31 de agosto, às 20 horas, no Palácio das Artes. O desfile beneficente pretende motivar um novo

olhar sobre a moda, visando maior envolvimento da sociedade e das grandes empresas em projetos sociais. Um coquetel abrirá a promoção no foyer do teatro, seguido de apresentação do grupo de dança das crianças atendidas pela instituição e desfiles de 19 grifes conhecidas que

apresentam suas coleções.

Segundo Ângela Proença, presidente de O Proação, a expectativa deste ano é reunir mais de 1.5 mil convidados e arrecadar cerca de R\$ 130 mil. Esse recurso será revertido para os projetos sociais do Proação e do Abrigo Filhos de Nazaré.

Procurador assume no TJ

O procurador de Justiça João Cancio Junior Mello tomou posse no cargo de desembargador em dia 22 de julho, em solenidade será no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça. Para João Cancio, é um momento muito gratificante e feliz, que, sem sombra de dúvidas, deve ao próprio Ministério Público e aos colegas que fez em sua caminhada. “Espero honrar o cargo e, especialmente, as minhas origens no MP”, destacou.

Conforme o Quinto, instituído pela Constituição de 1934, no Governo Getúlio Vargas, uma de cada cinco vagas das cortes de Justiça se destina a membros do MP ou advogados. O Ministério Público e a Ordem dos Advogados elaboram a lista sêxtupla

de candidatos e as encaminham aos tribunais, que selecionam três. Essa nova relação vai para o governador que nomeia um dos indicados.

Esse dispositivo foi repetido na Constituição de 1937, mas, na de 1946, foi alterado com a exigência da prática forense por, no mínimo, dez anos, além do rodízio entre advogados e representantes do Ministério Público, o que não estava inserido nas constituições anteriores. A Constituição de 1967 passou a exigir a escolha de advogado no exercício da profissão, o que foi mantido na de 1969. Foi a Carta de 88 que determinou a escolha em sêxtupla (arts. 94 e 104), e não mais em lista triplíce, como antes.



ALEX LANZA

▲ Cancio: “momento muito gratificante e feliz”

Patrimônio da JUSPREV cresce mais de R\$ 6 milhões no semestre

O patrimônio do Fundo Infinity da Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira (JUSPREV) cresceu mais de R\$ 6 milhões no primeiro semestre, chegando à marca dos R\$ 27 milhões. Esses números são resultado do comprometimento e empenho dos dirigentes, qualificação das empresas parceiras e, principalmente, do apoio e participação das instituidoras, reforçando o potencial de crescimento em curto prazo e o equilíbrio financeiro da en-

tidade, destaque e referência no cenário dos fundos de pensão.

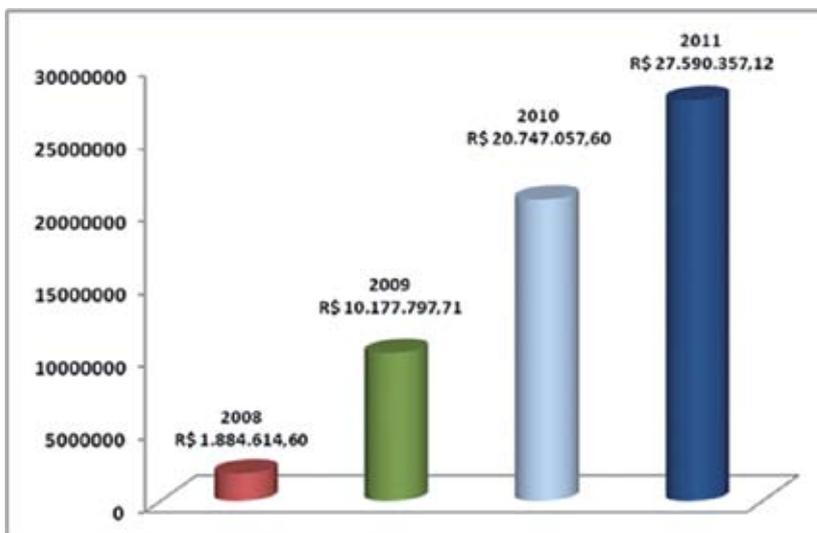
Em três anos de efetivo fun-

cionamento, 1912 membros das 52 associações de Classe de Carreiras Jurídicas Públicas de todo

Brasil ingressaram na JUSPREV, números que devem aumentar em breve. Outras duas associações estão em fase final de aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e a Associação do Ministério Público do Estado Acre (Ampac).

A evolução do patrimônio, composição da carteira, rentabilidade do Fundo, dentre outras informações, poderão ser acompanhadas pelos participantes no site www.jusprev.org.br.

Confira ao lado a evolução patrimonial.



Agenda Cultural vai ao Sul do Estado

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) leva a Agenda Cultural para o Sul do Estado, com reunião de trabalho no dia 24 de agosto, às 11 horas, em Itajubá. No mesmo dia, às 17 horas, em Poços de Cal-

das, a reunião será realizada na fórum. Está programada palestra do promotor de Justiça Rodrigo Iennaco, às 19 horas.

Para o dia 25, o encontro será em Pouso Alegre, com reunião na Regional às

17 horas. Às 19 horas, Luiz Moreira, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), fará palestra.

A Agenda Cultural é coordenada pelo presidente da AMMP, Rômulo Ferraz.

Angélica Riccipio celebra os 80 anos da Academia das Arcádias

A procuradora de Justiça aposentada Angélica Milena Riccipio está celebrando os 80 anos da fundação da Academia de Letras das Arcádias, um dos órgãos mais tradicionais da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (SP). Em 1956, ocupou a cadeira nº 11, cujo patrono era Rio Branco.



PEDRO HENRIQUE

Angélica Riccipio conta, com saudade, dos tempos animados da Academia das Arcádias

Estagiária do Instituto de Biologia Criminal do

O ponto alto das comemorações acontece, anualmente, no dia 12 de agosto. Não é só poesia que seduz Angélica. As artes cênicas também a encantam. À frente do Departamento Feminino, onde foi diretora, o teatro acadêmico foi reativado e ela subiu aos palcos.

diru, em 1954, descobriu a paixão pela cerâmica e promoveu exposições de peças esculpidas pelos presidiários – Arte e Psicanálise, no Hospital dos Alienados de Jequiri. “Gostei demais de ter feito estágio no Carandiru, onde descobri a arte dos presos. Essa foi, certamente, um das experiências mais raras que um profissional do Direito podia ter, porque ali se fazia, de fato, ressocialização do preso”. A arte está na alma de Angélica ou “no seu DNA”, como diz, assim como o ideal de justiça que a levou à carreira ministerial, onde atuou sempre na área criminal.

No final da década de 60, lá estava Angélica na Academia Marianaense de Letras, defendendo a tese “Caramuru, um poema sociológico”. Ali seu patrono foi Frei José de Santa Rita Durão. “Trabalhei muito pela preservação da música antiga” nesse tempo, conta ela.

Angélica define como “reflexivos” seus poemas, alguns publicados no livro Fuga, de 1952, que ela diz ter sido um “surto de espontaneidade” da juventude. Espiritualista, “li-

vre como um pássaro”, que, na natureza, vê “Deus mesmo”, confessa que tem “um livro em preparo - Cortejo de ausências”, que pode ser publicado a qualquer hora.

É com admiração, que se recorda dos mestres que lhe “deixaram marcas profundas”, como Dalmo Belford de Matos, Ataliba Nogueira, Flaminio Fávero, Golfredo da Silva Teles e Noé Azevedo, muito mais do que dos tantos cursos que fez vida afora. Com carinho fala também das muitas palestras ministradas em escolas públicas ou não, desde Mesquita, cidade onde iniciou sua carreira em 1974, apresentando o Ministério Público para crianças e jovens e dando aulas de cidadania.

E é orgulho o que sente quando conta que ganhou, em 1982, a Medalha de Honra ao Mérito da Câmara Municipal de Uberaba, por serviços prestados à comunidade, assim como Diploma Cláudio Manoel da Costa do Clube dos Advogados e a Comenda do Bicentenário da Conjuração Mineira.

Maria da Penha - Lei com Nome de Mulher / Violência Doméstica e Familiar

Em 7 de agosto de 2006, uma das muitas Marias brasileiras entra para a história, ao dar nome à lei que pune a violência doméstica. Maria da Penha Maia, mãe de três filhas, tinha 60 anos quando se transformou na vítima emblemática da violência doméstica, ao fazer da dor inspiração para o ativismo. Em 1983, seu ex-marido, professor universitário, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez a tiros; na segunda, tentou eletrocutá-la. As marcas e sequelas das agressões não atingiram apenas seu espírito. Deixaram-na tetraplégica. Nove anos de processo criminal resultaram na condenação de seu agressor a oito anos de prisão. Por força das normas de execução penal, ficou segregado apenas dois anos,

sendo libertado em 2002. A história de dor e vitimação de Maria da Penha chegou ao conhecimento da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e as agressões contra sua vida foram reconhecidas oficialmente, em nível internacional, pela primeira vez na história. Forjada pela dor, passou a batalhar por proteção mais eficaz às vítimas da violência doméstica e familiar. É coordenadora de estudos, pesquisas e publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV), no Ceará.

Esse livro é, acima de tudo, “exercício de escuta ativa, de sintonia entre o real e o jurídico”. Sua única pretensão, segundo

a promotora de Justiça Leda Maria Hermann, de Santa Catarina, é dialógica, com “interlocução voltada, antes de tudo, às mulheres que encenam, a cada dia, dores multiplicadas e multifacetados exercícios de resistência e luta”. Leda Hermann, mestre e doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina, é professora da Graduação Universitária Regional de Jaraguá do Sul.

Editora Servanda

Fundação inicia preparatório para concurso em novas instalações

A Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP) deu início, no dia 2, ao Curso Preparatório para Ingresso na Carreira do Ministério Público para turma única de 64 alunos, inaugurando as novas instalações. As aulas pela manhã, 100% presenciais, vão até junho de 2012. Segundo o diretor-presidente da FESMP, Marcelo Milagres, “o curso se destaca pelo corpo docente experiente, dedicado e comprometido com a metodologia interdisciplinar de ensino”.

Idealizado para atender, exclusivamente, àqueles que objetivam ingressar na carreira ministerial, o curso vai destacar as disciplinas cobradas no último concurso. “Com a linguagem e as exigências do nosso tempo, a FESMP retoma suas atividades”, complementa Milagres. Na última edição do concurso, 3.035 candidatos concorreram a uma das 50 vagas para promotor de Justiça substituto, sendo classificados 35.

A primeira etapa teve 80 questões objetivas sobre Direito Constitucional, Eleitoral, Administrativo, Financeiro e Tributário, Penal e Criminologia, Processual Penal, Civil, Processual Civil, Material Coletivo, Processual Coletivo, Filosofia do Direito, Psicologia e o Direito, Sociologia do Direito, Teoria Geral do Direito e da Política, Teoria Crítica do Direito e Direitos Humanos, Ética e Teoria Geral do Ministério Público. Quem obteve nota cinco ou mé-

dia seis foi aprovado. A segunda etapa constou de provas especializadas, realizadas ao mesmo tempo em que foram feitos os exames psicotécnicos e os testes de higiene física e mental e complementares especializados de saúde, além de prova oral e valoração de títulos.

A nota final foi a soma das notas da prova objetiva, do exame especializado e da prova oral, dividido o resultado por três e acrescentando-se, em seguida, os pontos conferidos aos títulos.

O concurso para ingresso na carreira do MP exige bacharelado em Direito com, no mínimo, três anos de prática jurídica. Os novos promotores têm salário de R\$18,6 mil e jornada semanal de 20 horas, sendo contratados pelo regime estatutário. Por ser carreira do Estado, a estabilidade foi mantida. A validade da seleção é de dois anos, prorrogável por igual período. Outras informações no site www.fesmp.org.br ou pelos telefones (31) 3295-1023 / 3652.

Reforma

Ao custo de aproximadamente R\$ 140 mil, foram concluídas as obras de adequação da FESMP. Foi feita reforma da sala de aula para 64 alunos, com ar condicionado central e acessibilidade dentro da norma. Foram trocadas as portas, reformados os banheiros, com instaladas barras e criado espaço para cadeirantes.

Foram instalados piso em laminado de madeira e insulfilme nos vidros; colocados persia-

nas e moderno sistema de áudio e vídeo, além de cadeiras fortes e confortáveis, iluminação, tomadas no piso para laptop. Os banheiros que dão acesso às duas salas de aula também foram reformados, assim como a copa e área de serviço e ainda revitalizada toda parte elétrica que atende à área reformada.

As obras obedeceram ao projeto arquitetônico contratado.



Barbara Peixoto

▲ As reformas propiciam mais conforto aulas do curso preparatório estão sendo ministradas na sala nova

Congresso de Direito Civil recebe inscrições

Estão abertas em www.oabmg.org.br/eventos as inscrições ao II Congresso de Direito Civil, que será realizado em Belo Horizonte, no dia 2 de setembro. São 250 vagas, sendo 30% reservadas a bacharelados. Terá direito a certificado quem assistir a 80% das palestras. A abertura do encontro será feito pelo

presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP), Marcelo Milagres, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seção Minas Gerais, Luís Cláudio Chaves, às 8 horas, no auditório da OAB/MG (Rua Albita, 250 – Cruzeiro, em Belo Horizonte).

A coordenação científica do evento cou-

be aos advogados Antônio Marcos Nohmi e Leonardo de Faria Beraldo e ao presidente da FESMP, promotor de Justiça Marcelo Milagres.

O congresso é uma parceria da FESMP e OAM/MG. Outras informações pelos telefones (31) 2102-8282 / ESA ou (31) 3295-1023 / FESMP.

Palestras

- 8h30 – “Responsabilidade empresarial” – Arnaldo Rizzardo (Rio Grande do Sul);
- 9h10 – “O contrato como ferramenta de desenvolvimento” – Sérgio Murilo Diniz Braga (MG);
- 9h50 – “A função punitiva de responsabilidade civil” – Marcelo de Oliveira Milagres
- 11h – “Responsabilidade civil objetiva em decorrência das atividades perigosas” – Leonardo de Faria Beraldo (MG);
- 11h40 – “O princípio da precaução e a responsabilidade civil” – Renan Lotufo (SP);
- 14h – “Contrato de alienação fiduciária” – César Fiúza (MG);
- 14h40 – “Princípio da Justiça Contratual” – Fernando Rodrigues Martins (MG);
- 15h20 – “Contratos coligados” – Francisco Paulo de Crescenzo Marino (SP);
- 6h30 – “Os contratos sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor e do Código Ci-
- vil – Vanessa Verdolin Hudson Andrade (MG);
- 17h10 – “A exceção do contrato não cumprido fundada na violação de dever lateral” – Paulo Velten (MA);
- 17h50 – “Perspectivas da responsabilidade civil” – Sérgio Cavaliere (RJ).

ONU destaca L pioneirismo

A Organização das Nações Unidas (ONU) doméstica, umas das pioneiras na defesa a ONU também destacou a lide

O relatório Progresso das Mulheres no Mundo em sua versão 2010/2011, elaborado pela UN Women, órgão da ONU em favor da igualdade de gêneros e do fortalecimento da mulher, tem como foco o acesso da mulher à Justiça.

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, aumentou o rigor nas punições aplicadas em casos de violência doméstica, impedindo, por exemplo, a aplicação de penas alternativas, além de possibilitar a prisão preventiva e a prisão em flagrante dos agressores.

A Lei 11.340 foi batizada Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Fernandes, que ficou paraplégica depois de sofrer duas tentativas de assassinato por parte de seu marido, o economista colombiano Marco Antonio Heredia Viveros. Ele foi preso somente em 2002, depois de vários anos de recursos na Justiça e de decisão do Tribunal Inte-

americano de Direitos Humanos, instando o Governo brasileiro a tomar medidas em relação ao caso.

Depois de 16 meses na prisão, o colombiano passou para o regime semiaberto, ganhando liberdade condicional em 2007.

Maria da Penha, atualmente, atua na defesa dos direitos das mulheres. “Identificando falhas ou mudando leis que violam princípios constitucionais ou os direitos humanos, tais casos (como o de Maria da Penha) podem motivar ações governamentais para prover aos cidadãos, garantir direitos iguais das minorias ou acabar com a discriminação”, diz o relatório da ONU.

O Brasil se destaca também na liderança da implantação das primeiras delegacias especializadas. “O Brasil abriu a sua primeira delegacia da mulher em 1985, em São Paulo. Hoje existem 450 delegacias da mulher em todo o país. Elas ajudaram a aumentar a conscientização e levaram a uma alta nas denúncias de violência contra mulheres”, sublinha o texto. Outros 13 países latino-americanos e caribenhos possuem postos policiais especializados.

Segundo a diretora-executiva da UN Women e ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, milhões de mulheres ainda vivem uma realidade de distância em relação à Justiça, apesar das garantias de igualdade atualmente disseminadas pelo mundo. “(O relatório) mostra que, onde as leis e os sistemas judiciários funcionam bem, eles podem prover um mecanismo essencial para que as mulheres tenham concretizados os seus direitos humanos”, afirma Bachelet no texto.

As informações são da BBC Brasil.

MP cearense cobra divulgação

O Ministério Público do Ceará solicitou informações ao Ministério da Educação sobre o andamento da divulgação da Lei Maria da Penha no Estado. O MP quer saber da existência de programas nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, inclusive superior, fomentados pelo Governo federal, conforme é orientado na lei.

O pedido foi feito por meio da Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar con-

tra a Mulher de Fortaleza e Núcleo de Gênero Pró-Mulher de Fortaleza.

A Secretaria de Educação Superior encaminhou o questionamento também ao Conselho Nacional de Educação (CNE) solicitando pronunciamento daquele órgão sobre a inclusão de tais conteúdos nas Diretrizes Curriculares Nacionais. O objetivo é fomentar as medidas promotoras da igualdade de gênero e da divulgação da Lei Maria da Penha no âmbito educacional.

Lei Maria da Penha pelo na defesa da mulher

considera a Lei Maria da Penha, criada para combater a violência dos direitos da mulher. Em relatório divulgado no dia 6 de julho, França brasileira na criação de delegacias especializadas.

“O Brasil abriu a sua primeira delegacia da mulher em 1985, em São Paulo. Hoje existem 450 delegacias da mulher em todo o país. Elas ajudaram a aumentar a conscientização e levaram a uma alta nas denúncias de violência contra mulheres”

Situação ainda é dramática no país

Apesar do pioneirismo da lei, os números sobre a violência contra a mulher no Brasil mostram uma realidade muito triste. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc), com mais de 2.300 mulheres e 1.100 homens, em 25 estados brasileiros, registrou que, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil.

A violência doméstica atinge entre 25% a 50% das mulheres na América Latina e Caribe, segundo os bancos Mundial (Bird) e Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo o BID, o custo total da violência doméstica entre 1,6% e 2% do PIB de um país. Pesquisa canadense estima que os custos da violência contra as mulheres superam 1 bilhão de dólares canadenses por ano em serviços, incluindo polícia, sistema de justiça criminal, aconselhamento e capacitação. Já nos Estados Unidos, uma pesqui-

sa avaliou esses gastos entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões por ano.

As pesquisas revelam dados mais dramáticos ainda: nos países em desenvolvimento, segundo o Banco Mundial (Bird), entre 5% a 16% de anos de vida saudável são perdidos pelas mulheres em idade reprodutiva como resultado da violência doméstica.

Também no trabalho, as perdas são enormes: um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de casa e, a cada cinco anos, a ela perde um ano de vida saudável se sofre violência doméstica. Como se não bastasse, a mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive na mesma situação.

Os dados do BID e Bird apontam ainda que o estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva

BACHELET:

“(O relatório) mostra que, onde as leis e os sistemas judiciais funcionam bem, eles podem prover um mecanismo essencial para que as mulheres tenham concretizados os seus direitos humanos”,

■ **José Eduardo Cardozo - ministro da Justiça**
Em entrevista à Agência Brasil, classificou a violência doméstica como um tema “delicado e grave” e cobrou mais debates sobre a aplicação da lei. Ele disse que a legislação tem alcançado “bons resultados”, mas reconhece que é preciso combater o preconceito. “Acredito que é necessário que

as pessoas percam o preconceito que ainda existe em relação a atos dessa natureza. Às vezes, vemos autoridades e pessoas em geral que tratam a violência contra a mulher como um ato banal e não é um ato banal. É um ato que merece reprovação e, inclusive, uma reação social muito forte sempre que se consuma”.

■ **Maria da Penha Maia Fernandes,**
71 anos e mais de 20 na luta contra a violência doméstica, em entrevista ao Portal Terra, conta que não desanimou, mas há muito o que fazer, porque “ainda temos uma cultura machista”.





Brasília Urgente

CNMP mantém condenações contra Bandarra e Guerner

BÁRBARA PEIXOTO



▲ O conselheiro Luiz Moreira foi o relator do processo

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) manteve, em 19 de julho, as condenações aplicadas em maio contra o ex-procurador-geral do Distrito Federal Leonardo Bandarra e a promotora de Justiça Deborah Guerner. Na sessão, em julho, rejeitou os recursos apresentados pelos advogados contestando as penas aplicadas aos dois. O primeiro recurso apreciado foi o da promotora Deborah Guerner. Os conselheiros resolveram por unanimidade rejeitar os argumentos.

O embargo declaratório apresentado pela defesa de Leonardo Bandarra rendeu maior discussão. O relator, Luiz Moreira Gomes, acolheu em parte o recurso, justificando que as penas de suspensão aplicadas estavam erradas. Segundo ele, à violação de condutas de deveres funcio-

nais somente podem ser impostas as penas de censura, demissão ou cassação de aposentadoria.

Moreira aplicou a censura para as acusações de tratativas indevidas entre Leonardo Bandarra e autoridades do Governo do Distrito Federal sobre a atuação do Ministério Público Federal e para os dois promotores devido à cessação, por meio ilícito, de publicação de matéria jornalística em um blog na internet. Embora o recurso não mencionasse Guerner, Moreira Gomes resolveu estender a ela a decisão. “Pelo exposto, aplico efeitos infrigentes ao recurso para eliminar a contradição presente”, alegou. Segundo o regimento do Ministério Público, no entanto, as penas de censura prescrevem após um ano. Dessa forma, os colegas não seriam punidos pelas faltas.

Independência do Conselho

Já para a demissão de ambos, o relator não aceitou as alegações da defesa e manteve a pena. Os advogados afirmaram que a sanção só poderia ser aplicada pelo CNMP após julgamento, na Justiça, de ação de improbidade administrativa. Segundo Luiz Moreira, a independência do órgão permite a avaliação de processos de caráter administrativo. “Se dependesse sempre de manifestação do Judiciário, certamente o controle no âmbito disciplinar ficaria postergado e enfraquecido”, argumentou.

Os promotores tiveram o pedido de demissão deferido pelo Conselho devido às acusações de violação de sigilo funcional em troca de vantagem pecuniária e por extorsão de membro do Governo. A transformação da suspensão em censura, no entanto, foi contestada pela maioria do plenário. Os conselheiros Cláudio Barros e Taís Schilling Ferraz divergiram da interpretação do relator. “Esses argumentos de mérito foram discutidos na sessão anterior e as suspensões foram deci-

das por caso pensado. Não houve omissão dessa análise”, afirmou Taís. Para ela, não houve contradição ou obscuridade na decisão. Por sete votos a dois, a divergência foi aprovada.

Os promotores julgados não compareceram à sessão. O advogado de Leonardo Bandarra, Cezar Bitencourt, insistirá com recursos administrativos no Conselho antes de ir ao Supremo Tribunal Federal (STF), postulando efeitos suspensivos das penas enquanto o caso não transitar em julgado.



Problemas acontecem. Por isso, contrate o seu seguro com a Siena.

A Siena é a corretora de seguros credenciada pela AMMP. Nós oferecemos as opções de seguros que você precisa e sabemos como utilizar toda a força da sua entidade para que você tenha melhores custos e atendimento diferenciado.

VIDA | AUTO | RESIDÊNCIA | LAPTOP | VIAGEM



Ligue
0800 771 1231



Nós fazemos mais por você.
www.sienaseguros.com.br



CNJ vai disponibilizar banco de processos sobre homicídios dolosos

A situação dos processos judiciais relativos aos crimes contra a vida ajuizados até 2007 estará disponível a partir de setembro. O Processômetro, sistema eletrônico que vai computar esses processos, faz parte do trabalho do Conselho Nacional de Justiça na Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp), que estabeleceu metas para os órgãos do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público para o combate à violência.

O programa, criado para mapear e julgar os crimes de homicídio dolosos não resolvidos até 2007, reúne, além do CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério da Justiça e as polícias civis.

No Brasil, existem 152 mil inquéritos não concluídos, segundo levantamento feito pelos ministérios públicos estaduais e a Polícia Civil de cada Estado, coordenado pelo

CNMP. Para garantir a efetividade do programa, a Enasp estabeleceu metas definidas para cada órgão.

Coube ao CNMP levantar e concluir os inquéritos criminais, além de reduzir a subnotificação dos crimes, conhecendo suas motivações. O CNJ é responsável pela coordenação das metas da chamada fase judicial: superar a fase de pronúncia em

todas as ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 2008 (meta 3 do Judiciário); e julgar as ações penais relativas a homicídios dolosos distribuídas até 2007 (meta 4). A promotora de Justiça e membro auxiliar do CNMP alerta: “o sujeito que matou em 2005 e achou que o inquérito estava parado, receberá, neste ano, uma denúncia criminal.”

Metas

Em fase final de elaboração no Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ, o Processômetro medirá os processos relativos aos crimes contra a vida que estiverem sendo alcançados pelas metas judiciais da Enasp. Será alimentado pelos gestores cadastrados nos estados até o dia 5 de cada mês, o que permitirá o acompanhamento da evolução mensal do trabalho.

Para o juiz auxiliar do CNJ Fabrício

Dornas Carata, coordenador do programa da Enasp no âmbito do CNJ, o trabalho da Enasp tem grande importância no combate à impunidade e reafirma para a sociedade – cidadão comum, bem como agentes de segurança e da Justiça – que não importa o tempo que leve, o crime não foi esquecido. “Até o final de 2011, todos esses inquéritos e processos judiciais deverão ser concluídos”, afirma.

Projeto de lei do Senado vai agiliza punição de agentes públicos por enriquecimento ilícito

A punição por enriquecimento ilícito de agentes públicos poderá ser agilizada, segundo projeto de lei do Senado (PLS) 317/10, da ex-senadora Marina Silva. A matéria aguarda apresentação de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Esse projeto altera a Lei 8.429/92.

Com a aprovação do projeto, nos casos em que o ato de improbidade resulte em lesão ao patrimônio público ou enriquecimento ilícito, será permitido que a autoridade administrativa responsável pela instauração do inquérito represente ao Ministério Público para que seja determinada a indisponibilidade de bens do agente público e dos terceiros envolvidos, ainda que o processo não esteja concluído.

Segundo o projeto, se não houver determinação do valor do dano ou do acréscimo patrimonial, ou estimativa segura sobre tais valores, a indisponibilidade recairá sobre a totalidade dos bens.

Diversas condutas

Prevê ainda que, se a autoridade responsável não fizer o pedido, a indisponibilidade dos bens poderá ser requerida pelo Ministério Público, de ofício, ou a pedido de comissão de inquérito, da Fazenda Pública, dos tribunais ou conselhos de Contas ou, ainda, de qualquer cidadão. O objetivo é agilizar o bloqueio de bens para garantir o ressarcimento ao patrimônio público. O PLS 317/10 também amplia os atos considerados como de improbidade administrativa, incluindo diversas condutas, entre as quais “receber, mediante declaração falsa, remuneração, indenização ou qualquer

outra vantagem econômica”.

Na justificativa do projeto, a ex-senadora Marina Silva diz que “há consenso em torno da constatação de que o grande problema da impunidade está, essencialmente, na complexidade da nossa legislação processual”. O que se pretende, segundo ela, é “dar maior eficiência, eficácia e agilidade a esses procedimentos, inclusive permitindo, de forma mais efetiva, o ressarcimento de prejuízos causados ao erário, mediante o aperfeiçoamento dos institutos da indisponibilidade e sequestro de bens”.

As informações são da Agência Senado.



Levantamento do CNJ mostra que SUS gastou R\$ 132 milhões com ações judiciais em oito anos

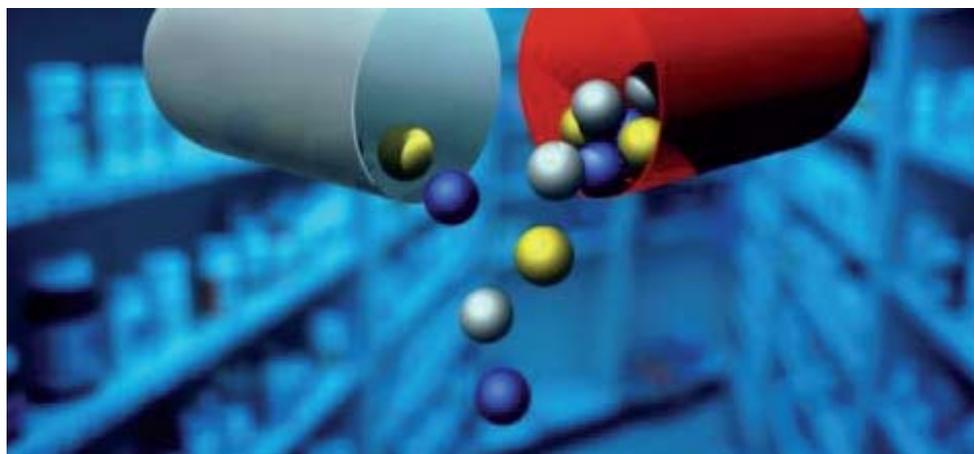
Os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com ações judiciais passaram de R\$ 170 mil, em 2003, para R\$ 132 milhões, em 2010, segundo o Ministério da Saúde.

Muitas ações são pedidos por medicamentos sem eficácia comprovada ou cujos efeitos colaterais ainda estão em estudo, segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em seminário sobre Judicialização da Saúde no dia 7 de julho. Levantamento parcial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou mais de 240 mil processos judiciais

relacionados ao setor de saúde em tramitação. A maioria das pessoas solicita remédios ou acesso a serviços do SUS, como vaga em hospitais públicos.

O CNJ aprovou, na primeira semana de julho, recomendação para que os tribunais inspecionem de forma separada os processos contra os planos de saúde e o SUS. Com monitoramento específico, o conselho espera que os juízes tenham mais informações para tomar decisões sobre esses casos. As informações são da Agência Brasil.

Muitas ações são pedidos por medicamentos sem eficácia comprovada ou cujos efeitos colaterais ainda estão em estudo, segundo o ministro da Saúde



Em Minas

Em Minas, só no ano passado, o Governo estadual gastou R\$ 46.559.012 apenas em remédios garantidos por decisões judiciais, mais de 28 maior

do que o valor desembolsado em 2002 (R\$ 164.325). A ser mantido esse ritmo, os gastos podem dobrar. Até junho, já foram consumidos R\$ 46.362.563, sob a justificativa dos pacientes de quer não podem pagar por medicamentos que salvariam suas vidas.

Parecer do Tribunal de Contas de 2010 destaca o crescimento dos valores desembolsados com ações judiciais sobre saúde, alertando para um provável descompasso das contas públicas. Os gastos vão muito além dos R\$ 46,5 milhões, já que incluem procedimentos e internações. A Secretaria de Estado de Saúde faz previsão de gasto com decisões judiciais no orçamento, mas a execução tem sido maior do que o esperado.

Acordo pode ser eficiente na solução das demandas

Para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde, o Tribunal de Justiça passou a recomendar que os juízes consultem a Secretaria de Estado de Saúde antes de deferirem liminares com questões referentes à saúde. Essa recomendação é resultado da parceria entre as duas instituições, que, desde 2005, vem discutindo o assunto em seminários, reuniões e cursos. Segundo a desembargadora Vanessa Verdolim Hudson Andrade, a Corregedoria-Geral, ao propor essa recomendação, teve o cuidado de respaldar os magistrados em sua autonomia, de modo que a decisão do juiz será sempre respeitada. “O desembargador Antônio Marcos Alvim Soares, autor da recomendação em Minas, deixa claro que a Secretaria de Saúde vai apenas fornecer as informações técnicas para que os juízes tenham conhecimento suficiente para julgar”

“O desembargador Antônio Marcos Alvim Soares, autor da recomendação em Minas, deixa claro que a Secretaria de Saúde vai apenas fornecer as informações técnicas para que os juízes tenham conhecimento suficiente para julgar”

cer as informações técnicas para que os juízes tenham conhecimento suficiente para julgar”, explica.

Para a desembargadora, os seminários sobre a judicialização da saúde realizados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde contribuíram muito para a decisão. O juiz e coordenador do Comitê Estadual de Saúde, Renato Luís Dresch, entende que a Constituição preza pela integralidade da atenção à saúde e, por isso, defende a qualificação jurídica do sistema. “Estamos cumprindo a recomendação do CNJ, que tem se preocupado com a qualidade das decisões judiciais, no sentido médico também. Quanto mais os juízes estiverem amparados tecnicamente, melhores serão as decisões”, acredita.

De acordo com a recomendação,

os juízes devem instruir as ações com relatórios médicos e descrição da doença. Além disso, a ação deve conter a prescrição dos medicamentos recomendados para o tratamento, incluindo o princípio ativo ou o nome genérico. Também estão orientados a não fornecerem medicamentos sem registro da Anvisa ou que estejam em fase experimental, para que a saúde dos usuários seja preservada ante as práticas com resultados ainda não comprovados ou que possam ser prejudiciais aos pacientes. “Juízes de comarcas que nunca haviam entrado em contato conosco nos procuraram, pelo e-mail atendimentojudiciario@saude.mg.gov.br, para obter informações sobre medicamentos e procedimentos disponibilizados pelo SUS”, comenta Vânia Rabello.



STJ dá vitória a aprovados em concursos

Foi aberta uma guerra entre aprovados em concursos públicos e terceirizados, com a setença do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável a uma concorrente ao posto de médica oftalmologista da Universidade Federal Fluminense (UFF), cuja vaga havia sido ocupada por um trabalhador temporário. A corte abriu também precedente para uma corrida aos tribunais. Segundo o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, o fato de o órgão contratar um não concursado deixa clara a necessidade da administração pública de preencher cargos. Para ele, mesmo que não tenha passado nas provas dentro do número de oportunidades definidas em edital, o concorrente tem o direito de ser nomeado enquanto o processo seletivo estiver dentro do prazo de validade.

“É uma decisão nova e isolada. Mas, na prática, os outros tribunais tendem a seguir”, avalia Bruno Piva Gouveia, advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF). Sérgio Camargo, advogado especializado em concursos públicos, a visão do STJ orienta juizes de todo o Brasil, embora não obrigue as instâncias inferiores a dar o direito de posse aos aprovados. Com essa sentença, “o aprovado em concurso tem direito não apenas à vaga definida em edital, mas aos cargos abertos no órgão ao longo da validade do certame”, avaliou.

A figura do funcionário temporário é prevista na Constituição em duas situações. A primeira é quando o concurso está em andamento. Ao finalizar o processo seletivo, a instituição deve substituir os terceirizados. Outra possibilidade é contratar temporariamente quando não houver aumento permanente da demanda, como em casos de epidemias.

Gurgel volta à Procuradoria-Geral da República

O plenário do Senado aprovou, no dia 3 de agosto, a recondução de Roberto Gurgel à Procuradoria Geral da República. Em votação secreta com 56 votos a favor e seis contra, Roberto Gurgel reassume o cargo de procurador-geral da República por mais dois anos. Antes, foi submetido a quatro horas e meia de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao final, foi aprovado por 21 votos a um na CCJ, contrariando a ameaça da oposição e do PT de barrar sua indicação. Questionado sobre os motivos que o levaram a arquivar a investigação contra o ex-ministro da Casa Civil Antonio Palocci, o que deixou a oposição contrariada, Gurgel queixou-se de “insinuações malévolas” de que teria tomado a decisão para garantir a permanência no cargo.

Segundo ele, a legislação penal não tipifica como crime a incompatibilidade entre o patrimônio e a renda declarada de uma pessoa, a menos que se comprove a origem ilícita dos ganhos. Gurgel garantiu que não havia indícios dessa irregularidade nos documentos apresentados pela oposição. “Não havia qualquer indício de que a renda tivesse sido advinda de crimes. Não tínhamos elementos mínimos que permitissem a continuidade das investigações”, justificou-se.

O senador Pedro Taques (PDT-MT), que foi membro do Ministério Público, acusou Gurgel de ter procurado pouco as evidências. “O procurador-geral da República não pode ser um esperador-geral da República ou um inventador-geral da República. Vossa excelência poderia ter procurado mais do que procurou”, acusou. Também o senador Demóstenes Torres (PFL-GO), outro ex-procurador, criticou Gurgel. “Faltou realmente querer



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

investigar”, disse.

Gurgel queixou-se de pressão de todos os lados para que apresentasse denúncias ao Supremo Tribunal Federal, mesmo que não houvesse elementos para a abertura de investigação. Defendeu cautela por parte do Ministério Público ao pedir abertura de inquérito ou ação penal. “Hoje não se concebe que o procurador-geral deixe de acusar. Essa é a grande pressão.”

Os senadores também quiseram saber o motivo de Gurgel ter inocentado Luiz Gushiken, ministro da Comunicação Social no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no processo do mensalão. O procurador esclareceu que não havia prova do envolvimento dele no suposto esquema de pagamento de propina do Governo Lula. Destacou sua posição favorável à condenação dos demais réus no processo, o que motivou alas do PT a ameaçar barrar seu nome na votação.

Para Gurgel, o sistema de recursos judiciais é responsável pela impunidade no país. Por isso, defendeu a proposta do presidente do Supremo Tribunal Federal de dar cumprimento a decisões de juizes da primeira instância, sem aguardar o julgamento de recursos em última instância.

“Não havia qualquer indício de que a renda tivesse sido advinda de crimes. Não tínhamos elementos mínimos que permitissem a continuidade das investigações”

“O procurador-geral da República não pode ser um esperador-geral da República ou um inventador-geral da República. Vossa excelência poderia ter procurado mais do que procurou”

“Hoje não se concebe que o procurador-geral deixe de acusar. Essa é a grande pressão.”

O centenário de um construtor do Ministério Público de Minas Gerais



A nossa Instituição, dentre as suas peculiaridades, encerra um fenômeno sociológico. Ela constrói uma liderança de imediato, mas faz com que as lideranças desapareçam também com rapidez.

Homens e mulheres que passaram pela nossa carreira, construindo-a, ajudando-a se edificar, amparando-a, criando-a e servindo de exemplo, não raro desaparecem no fluxo do tempo, e as novas gerações deles sequer têm conhecimento.

E no final até parece um triste fim!

Até parece que tais homens e mulheres tenham sido legados pura e simplesmente ao esquecimento!

Em certo aspecto é terrível a nossa Instituição! Ela cria líderes e faz com que eles desapareçam no simples passar de poucos anos, a ponto das novas gerações não terem a visão concreta e real de homens que a construíram.

Eu me lembro de um deles.

Um homem que a nova geração do Ministério Público não conheceu e que sequer ouviu falar em seu nome. Um homem que teve uma postura institucional. Um homem que comandou a nossa Instituição. Um homem que encarnou a “dignidade” de Ministério Público.

Um homem que um dia foi ao governador do Estado e lhe disse: “- Vossa Excelência acaba de assinar este ato de promoção. Com ele eu não concordo, mas Vossa Excelência é quem tem o poder de assiná-lo. Como procurador-geral, como chefe do Ministério Público, tenho de cumprir essa decisão de Vossa Excelência, mas com essa promoção eu não posso concordar. Assim, aqui está o meu pedido de exoneração!”.

E o governador voltou atrás.

Poucos homens assim o fariam, e o fizeram. Num instante institucional em que o cargo de Procurador-Geral era de escolha

pessoal do governador, podendo ser preenchido, inclusive, por pessoas de fora da carreira do Ministério Público, ele teve essa postura e dignidade funcional.

Foi a partir dele que nossa Instituição nunca mais foi chefiada por um advogado. Foi a partir daquele instante, de sua postura e de sua reivindicações que, ao longo da nossa história, jamais vi assentado na cadeira de Procurador-Geral de Justiça um homem que não tivesse entrado em nossos quadros e feito a carreira do Ministério Público. Um homem que, a partir do instante em que se aposentou, nunca mais adentrou em órgãos de atuação do Ministério Público, ao fundamento de que, sabendo da sua posição e respeitabilidade dentro da Instituição, tinha receio de que a sua simples presença pudesse influenciar na atuação do promotor que ali estivesse.

Um homem que durante a Revolução de 1964 impediu que qualquer um de nós, membros do Ministério Público, sofresse a menor desconsideração, a menor das acusações infundadas. E, no instante em que ele soube que um velho promotor estava preso por órgão de repressão da época, tomou de um avião, foi à sua cidade, arancou-o do alto da carroceria de um caminhão e disse: “- Este não. Este, se for, eu irei também.”

Esse homem chamava-se Mauro da Silva Gouveia. Natural do município de Barão do Monte Alto, integrante da Comarca de Palma, em Minas Gerais, nasceu em 8 de agosto de 1911 e faleceu em 13 de junho de 1993. Formou-se pela UFMG em 1933, integrando brilhante turma, da qual saíram, igualmente, dois outros procuradores-gerais de Justiça: José Diogo de Almeida Magalhães e Wagner de Luna Carneiro.

Iniciou sua carreira no Ministério Público como promotor de Justiça de Ipanema (29 de setembro de 1935), ocupando, posteriormente, as promotorias de Araguari (27 de abril de 1940 a 2 de janeiro de 1945) e Conselheiro La-

faiete (2 de fevereiro de 1945 a 30 de janeiro de 1947). Em 31 de janeiro de 1947, foi nomeado para o cargo de auxiliar judiciário da Procuradoria-Geral e, em 14 de junho de 1961, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça. O ato de sua posse, - registrou à época a imprensa, deu-se no Salão Nobre da Procuradoria-Geral, em 24 de junho de 1961, diante do secretário do Interior, Rondon Pacheco, - como ocorria à época, contando com a presença de altas personalidades do mundo jurídico e social.

Ao receber o cargo em 24 de junho de 1961, das mãos do Subprocurador Grover Cleveland Jacob, ele afirmou em seu pronunciamento: “*Como acentuei por ocasião da posse, os órgãos do Ministério Público devem manter, por tradição e imperativo legais, exemplar procedimento, zelando pela dignidade dos seus cargos. Temos que continuar impondo-nos à consideração e ao respeito da sociedade pela absoluta correção de conduta, pública e particular, pelo exato cumprimento do dever, funcional e social.*”

Advogado da lei e fiscal da sua execução, patrono oficial dos interesses da coletividade, defensor do incapaz, do pobre e ainda que contra o poderoso, do Direito em suma – promotor de Justiça, cuja realização constitui o ideal comum e supremo – deve representar o órgão do Ministério Público, sob todos os aspectos, o exemplo inatacável, de que decorrerá, sem dúvida, sua indispensável autoridade.”

A fim de garantir a lisura das eleições que seriam realizadas no final de 1962, foi ele convocado pelo governador do Estado e assumiu a Secretaria de Estado da Segurança Pública (23 de maio de 1962 a 11 de janeiro de 1963). Naquela pasta, emprestou a firmeza de sua direção, a qual se caracterizou pela imparcialidade e pelo exato cumprimento da lei e por inteligente atuação social. Após sua aposentadoria, em 2 de março de 1966, foi diretor da Penitenciária Agrícola de Neves e, em seguida, secretário-adjunto do Interior e Justiça.

Primeiro procurador-geral de Justiça da carreira, diferentemente de estranhos chamados a dirigir a classe, que a poucos de seus integrantes conhecia, ele os conhecia a todos. E mais: em lugar de se aperceber dos problemas e dificuldades de Instituição depois de algum tempo no exercício do cargo, ele já os conhecia antes mesmo de assumir sua chefia. Ele é um dos responsáveis pelo espírito da ativa independência funcional que hoje registra o Ministério Público de nosso Estado. Os relatórios funcionais dos romotores de Justiça eram, por ele, pessoalmente analisados, sendo publicadas, no órgão oficial, suas observações, incentivos e elogios.

Líder nato, era respeitado e querido pela classe, registrando-se, como marca de sua personalidade, que jamais delegou poderes para que outrem oficiasse em processos de competência do procurador-geral. Era, assim, participante em igualdade de condições na distribuição de processos com os demais procuradores, e não admitia que assim não o fosse. Seu porte elegante, sua inteligência, sua personalidade forte e seu amor ao Ministério Público marcaram sua época e projetaram a Instituição no futuro. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais deu o seu nome à Sala do Ministério Público na sede daquele Tribunal.

No ano em que se comemora o seu centenário de nascimento, não poderíamos deixar de prestar-lhe a nossa homenagem. Mais do que isso: não poderíamos deixar de, de público, exaltando sua figura, agradecer por tudo que ele fez para o Ministério Público de Minas Gerais.

Dessa forma, a Associação Mineira do Ministério Público registra com respeito nas páginas de sua revista oficial o centenário de nascimento do Dr. Mauro da Silva Gouveia, e realça sua admiração pela grandeza de um homem, pelo que ele foi e pelo que ele representou e representa para o Ministério Público de Minas Gerais.

Meu amigo camarada,

Por ocasião da 6ª. Sessão ordinária da E. Câmara de Procuradores de Justiça, o colega e ex-procurador-geral de Justiça, dr. Epaminondas Fulgêncio Neto, proferiu brilhante discurso sobre o pranteado procurador de Justiça dr. Carlos Henrique Fleming Ceccon, seu competente adjunto. Veio ao nosso conhecimento, naquele momento, a competência do profissional do Direito e a aplicação de sua inteligência no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais.

Dr. Rômulo Ferraz, eminente presidente da Associação Mineira do Ministério Público, solicitou-me para escrever um artigo no jornal de nossa entidade de classe, homenageando o Ceccon, como passarei a denominá-lo, e que com este nome era conhecido por colegas e outros que compartilharam de sua amizade. Ceccon foi meu amigo e dessa amizade também nasceu o relacionamento entre as nossas famílias, no sentido genérico da palavra, aqui abrangendo pais e irmãos de ambas as partes.

Os passeios nas férias passaram a ser comuns entre nós e, assim, a amizade foi se fortalecendo cada vez mais. Nada que um fazia deixava de ser comunicado ao outro, e nossas conversas telefônicas varavam até as altas horas, pois ambos, notívagos, tínhamos a madrugada para trocar idéias e rir de fatos que aconteciam na vida de cada um de nós e no ambiente de trabalho da Procuradoria de Justiça. E Ceccon dava aos fatos conotações hilárias e, imitando os personagens, fazia o fato mais engraçado ainda. Uma coisa, porém, não posso deixar de ressaltar: jamais Ceccon brincava com defeitos físicos ou no intuito de humilhar ou ridicularizar. Ríamos, sim, do “jeitão” e dos trejeitos do personagem.

Tinha ele inteligência privilegiada, e senso de humor apurado, usando-o nos momentos certos, descontraindo um ambiente muitas vezes hostil. Ceccon não deixava ninguém triste e isso fazia a sua sala na Procuradoria a mais visitada por todos os colegas que o admiravam. E essa conversa descontraída, muitas vezes obrigava-o a deixar a Procuradoria já noite avançada, para deixar o serviço em dia, e que era feito com capricho.

Ceccon foi meu amigo, e isso foi o suficiente, pois, no meu entendi-

mento, a palavra “amigo” basta por si mesma na maioria dos casos, não pedindo adjetivação, como “amigo leal”, “grande amigo” ou “amigo demais”, coisas parecidas. Entretanto, devo confessar que teria tê-lo mais adiante, em exceção à regra, como “velho amigo”, já eu, na idade avançada, e ele nem tanto, visto que a diferença entre as nossas idades era grande. Embora não possamos acreditar, Ceccon faleceu com apenas 45 anos de idade. Agora, o tenho como “saudosos amigo camarada”, infelizmente. O tempo não nos quis como companheiros por muito tempo; não pudemos envelhecer juntos, eu mais depressa do que ele.

Ficaram nossos outros amigos – sua esposa Adriana e seus dois filhos, Ana Carla e Henriquinho – mais do que gente fina, todos cruzeirenses doentes, como o “véio”, outra maneira carinhosa que Ceccon e eu nos tratávamos – e muita saudade.

Para os mais jovens, aqueles que recentemente ingressaram na carreira ministerial, fica-lhes o exemplo do examinador de Processo Penal austero, estudioso e justo. Nunca foi de sua personalidade preparar provas “de pegadinhas” com o único intuito de reprovar. Suas questões procuravam explorar o que aguardaria o candidato na sua vida profissional na Promotoria. Predominava nelas a objetividade, sem perder de vista se o candidato estava bem ou mal preparado para enfrentar os problemas diários de uma comarca, o necessário para ser um bom promotor de Justiça.

O último sonho de Ceccon era ser corregedor-geral. Colegas e amigos, espontaneamente, já lhe ofereciam seus préstimos para a campanha, e aquilo enchia-lhe a alma de

alegria por encontrar nessas pessoas a voluntariedade para trabalhar a seu favor. Dizia-me ele que já tinha toda a estruturação para trabalhar com modernidade, pedagogia e justiça na análise das correições. Mas – olhem o mas –, o destino não quis que esse sonho se realizasse. Como escreveu sua filha Ana Carla, em mensagem escrita distribuída na igreja: “...tudo já vem determinado e, se Deus o chamou, é porque já cumpriu com louvor a sua jornada terrena”.

Por ocasião de sua posse como integrante da E. Câmara de Procuradores de Justiça, para a qual foi o mais votado, nosso querido e estimado Ceccon pronunciou uma oração digna de figurar nos anais de nossa Instituição. Dizia ele “... insisto em dizer que nosso Ministério Público não é fruto de uma benevolência legislativa. Ele se estruturou e vem se firmando pela maturidade, pela responsabilidade e pelo compromisso não somente dos valorosos colegas que escreveram o futuro que nós conhecemos, mas também de nós que aqui estamos, Promotores e Procuradores de Justiça, adimplindo as graves responsabilidades que nos são cometidas”. E por seu orgulho em perfilar as fileiras deste nosso combativo Ministério Público de Minas Gerais, Ceccon, como que ajoelhado finalizou: “Por tudo que já vivenciei nesta Instituição e, depois de ter atingido um grande estágio do meu amadurecimento de vida, tenho a plena certeza para afirmar que nunca devemos nos esquecer de que a democracia que conquistamos encontra escora na força do Ministério Público, pois não se constrói uma nação livre sem um Ministério Público forte”. Amém, meu amigo camarada, amém!

*PROCURADOR DE JUSTIÇA



Arquivo Pessoal

“Ceccon não deixava ninguém triste e isso fazia a sua sala na Procuradoria a mais visitada por todos os colegas que o admiravam”

CECCON:

“... insisto em dizer que nosso Ministério Público não é fruto de uma benevolência legislativa. Ele se estruturou e vem se firmando pela maturidade, pela responsabilidade e pelo compromisso”

“A democracia que conquistamos encontra escora na força do Ministério Público, pois não se constrói uma nação livre sem um Ministério Público forte”

Torneio Nacional de Futebol Society será em novembro em Belo Horizonte



FOTOS: PEDRO HENRIQUE

O X Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público será realizado nos dias 11 a 15 de novembro de 2011, na Toca da Raposa I, sede do Cruzeiro Esporte Clube, em Belo Horizonte. O campeonato é dirigido a procuradores e promotores de Justiça de todo o país, que se organizam em times que representam seus estados.

Estima-se que esta edição receba público semelhante ao registrado nas anteriores, que girou em torno de 400 jogadores.

Somados às comissões técnicas e acompanhantes, espera-se para o evento um público aproximado de 600 pessoas.

Congresso técnico na noite do dia 11 de novembro abrirá o X Torneio, no auditório da Associação Mineira do Ministério Público na Rua dos Timbiras, 2.928, Barro Preto, Belo Horizonte. Os jogos serão nos dias 12, 13 e 14 de novembro na Toca da Raposa, na Pampulha. O dia 15 fica reservado ao retorno dos atletas a seus estados ou para passeios na cidade e entorno.

Reservas

A Advento é a empresa responsável pela organização do torneio, tendo bloqueado juntamente com a AMMP hotéis para receber os participantes. Para que esse procedimento ocorra de forma bem organizada e segura, foi enviada para as associações, a Ficha de Bloqueio de Hospedagem, que deverá ser preenchida com as informações solicitadas e reenviada a anamaria@adventocongressos.com.br. Isso garantirá maior controle sobre a demanda, para que sejam criadas alternativas se necessário, justifica o presidente da AMMP, Rômulo Ferraz. Os preços informados às entidades são as melhores tarifas negociadas para o período.

Outras informações e esclarecimentos de dúvidas podem ser pedidas pelo telefone (31) 3222-3099 ou para o e-mail acima.

Título

Essa é a chance de a equipe mineira conquistar de vez o título de campeão. No ano passado, em João Pessoa, Paraíba, os mineiros bateram na trave. O destaque foi a categoria Super Máster. Na final, os paranaenses se saíram melhor e, com a vitória de 1 x 0, levaram o troféu.

ram o troféu.

Nas outras categorias, foram os paulistas que se deram bem. Venceram na categoria Máster (acima de 35 anos), ao derrotar o Rio Grande do Sul, e na categoria Força Livre (todas as idades), após vitória sobre o Rio de Janeiro.

Corridas e tênis recebem inscrições

O calendário de corridas retoma o ritmo e volta com força total neste segundo semestre. Dia 14 próximo, será promovida a segunda etapa do Circuito Atenas. Com formato diferente, é realizada em três etapas. Em cada uma, aumento gradativo da distância para que cada atleta possa acompanhar a própria evolução. Isso condiciona o competidor a ter disciplina e foco.

As inscrições para a terceira etapa, com percursos de 8 e 16 km, já estão sendo feitas. Estão abertas também as inscrições para a Etapa Primavera do Circuito das Estações Adidas, cuja prova será realizada em 21 de agosto com os tradicionais percursos de 5 e 10 km.

Também estão abertas as inscrições ao 8º Torneio de Tênis da AMMP, que será realizado em 1º e 2 de outubro.

➤ Outras informações sobre eventos esportivos da AMMP, pelo telefone (31) 2105-4868 ou no site ammpp.org.br.

▲ O torneio estadual realizado, no mês de junho no CT do América, foi uma prévia do nacional para os membros do MP mineiro